



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Açucareira Quatá S.A.

**31 de março de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais.....6

Demonstrações dos resultados.....8

Demonstrações dos resultados abrangentes9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido10

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto11

Demonstrações dos valores adicionados12

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas13



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 23/24, demonstraremos a performance financeira, sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024.

1.1. Visão Geral da Companhia

A Companhia é composta por três áreas de negócios: a Companhia, empresa do setor sucroenergético, conta com três unidades industriais. Ela produz açúcar e etanol, possui o seguimento que explora a cogeração de energia elétrica; e, por fim, a unidade de negócios Biorigin, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin conta com um Centro de Distribuição na Bélgica, que viabiliza a distribuição de ingredientes naturais para mais de 60 países, marcando sua presença em todos os continentes.

A Companhia diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin atua nos segmentos Food (alimentação humana), onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes. Além disso, no segmento Feed de alimentação animal disponibiliza, produtos que, além de serem nutricionais, aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin.

Com capacidade de moagem de 12 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes players do setor. Além disso, somos o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., a maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol. Isso nos garante o escoamento das nossas commodities (açúcar e etanol).

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4,719 mil colaboradores dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

2. Governança

2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras, a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados.



O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia, além de proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

2.2. Política de dividendos

A política de remuneração dos acionistas da Companhia segue o art. 33 do Estatuto Social de Companhia, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado;
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.

3. Desempenho Operacional

Na Safra 23/24, todas as unidades industriais da Companhia tiveram um aumento no processamento de cana-de-açúcar, alcançando a sua maior marca histórica. Além disso, o volume de energia exportada registrou um crescimento expressivo em comparação com a safra passada, devido ao início da operação da expansão da cogeração da Usina São José em abril de 2023 e à maior eficiência na cogeração de energia devido ao maior investimento de modernização.

Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.



(mil tons)	23/24	22/23	Variação
Informações Consolidadas			
Moagem Total	11.420,4	10.550,0	8,3%
Moagem Própria	3.879,6	3.367,4	15,2%
Moagem Terceiros	7.540,8	7.182,6	5,0%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	8.246,1	7.482,9	10,2%
Quatá/SP	3.174,3	3.067,1	3,5%

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Na Safra 23/24, a Zilor registrou um recorde de moagem, processando 11.420 mil toneladas de cana, o que representa um aumento de 8,3% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse resultado inclui um crescimento significativo de 15,2% na moagem de cana própria, à maior área de cana própria na região de Lençóis Paulista é devido à assunção de áreas arrendadas em virtude do término de contratos de parceria. O destaque fica para a região de Quatá/SP, onde a moagem teve um incremento de 3,5%, atingindo um recorde histórico de moagem na safra com 3.174,3 mil toneladas. Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.

Produção	23/24	22/23	Variação
Açúcar (mil/ton)	741,9	694,9	6,8%
Branco	284,4	240,9	18,1%
Bruto	379,5	344,8	10,1%
FS ¹	78,0	109,2	-28,6%
Etanol (mil/m³)	495,8	450,6	10,0%
Anidro	350,1	312,6	12,0%
Hidratado	145,7	138,0	5,6%
Energia Exportada (mil MWh)	772,7	490,5	57,5%
Contratada	649,1	462,0	40,5%
Spot	123,6	28,5	333,7%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unicap²)	46% vs 54%	46% vs 54%	

1. FS: Fermentable sugar

2. Unicap: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 23/24, a produção de açúcar teve um incremento de 6,8% devido a priorização do mix, com o objetivo de capturar os melhores preços.

A Energia comercializada foi de 772,7 mil MWh na Safra 23/24, aumento de 57,5% em relação à Safra 22/23. Esse crescimento está relacionado ao maior volume de cana processada e à expansão da cogeração da Usinas de São José. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica. Cerca de 84% do volume produzido está contratado.



4. Receita

Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.451,5	1.187,5	264,0	22,2%
Etanol	1.192,9	1.353,5	(160,6)	-11,9%
Energia	191,8	117,2	74,6	63,7%
Biorigin	604,6	680,3	(75,7)	-11,1%
Outros	46,3	71,8	(25,5)	-35,5%
Total	3.487,1	3.410,3	76,8	2,3%

Preço

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	2.190,3	2.025,7	164,6	8,1%
Etanol (R\$/m3)	2.421,2	3.029,4	(608,2)	-20,1%
Energia (R\$/MHh)	240,5	237,1	3,4	1,4%
Biorigin (R\$/kg)	18,9	19,9	(1,0)	-5,0%

Volume

Descritivo	23/24	22/23	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	662,7	586,2	76,5	13,0%
Etanol (mil/m3)	492,7	446,8	45,9	10,3%
Energia MHh	772,7	490,5	282,2	57,5%
Biorigin (mil/tons)	32,0	34,2	(2,2)	-6,5%

A receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R\$ 264,0 milhões. Essa variação foi impulsionada por dois principais fatores. Em primeiro lugar, houve um aumento do volume de açúcar vendido apresentou um incremento de 13,0%, adicionando um valor de R\$ 154,9 milhões à receita líquida adicionando ao aumento de 8,1% no preço do açúcar, resultando em um impacto positivo de R\$ 109,1 milhões na receita.

Na safra 23/24, a receita líquida de etanol apresentou uma diminuição em relação ao ano-safra anterior, totalizando R\$ 160,6 milhões. Esse declínio foi principalmente impulsionado pela redução dos preços em 20,1%, resultando em um impacto negativo de R\$ 299,7 milhões. No entanto, esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 10,3% no volume de vendas, o que representou um acréscimo de R\$ 139,1 milhões.

Já em relação à receita líquida de energia, houve um aumento de R\$ 74,6 milhões na safra 23/24. Esse resultado se deve ao volume de exportação de energia contratada superior ao da safra passada e ao início da operação da expansão da Usina de São José.

Na Safra 23/24, a Biorigin registrou uma diminuição de 11,1% na receita. Essa redução foi resultado da diminuição do preço médio, 5,0% inferior à safra anterior, reflexo de maior participação do seguimento FEED nas vendas da Companhia, esse seguimento possui preços unitários menores do que o seguimento FOOD.



Na linha de “Outros”, o montante de R\$ 46,3 milhões contempla, principalmente: i) a receita de CBIOs no valor de R\$ 45,0 milhões referente a comercialização de 439,9 mil CBIOs ao preço médio de R\$ 102,2/CBIO; e ii). Outras vendas no valor de R\$ 1,3 milhões.

5. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descrição	CPV - R\$ MM			
	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.007,0	973,2	33,9	3,5%
Etanol	1.235,0	1.068,3	166,7	15,6%
Energia	50,3	39,3	11,0	27,9%
Biorigin	446,0	592,0	(146,0)	-24,7%
Ativo biológico	128,1	65,8	62,3	94,7%
Total	2.866,4	2.738,6	127,9	4,7%

O segmento açúcar apresentou um aumento de R\$ 33,8 milhões, principalmente devido ao aumento do volume vendido que totalizou R\$ 69,1 milhões. Houve também uma diminuição de R\$ 35,3 milhões dos custos de insumos, materiais, arrendamentos, depreciação e mão-de-obra.

O segmento etanol apresentou um aumento de R\$ 166,7 milhões, impulsionado principalmente pelo maior volume de vendas, R\$ 155,5 milhões. Além disso, fatores como depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos também contribuíram para esse aumento, totalizando R\$ 11,2 milhões.

Na área de energia elétrica, observamos um aumento de 27,9% nos custos. Mesmo com aumento do volume exportado e melhoria na eficiência, tivemos um custo superior a Safra anterior devido as operações de compra de energia em razão ao início dos contratos de leilão das novas termelétricas de São José e Barra Grande.

Na divisão Biorigin, identificamos uma diminuição de 24,7% nos custos, totalizando um valor de R\$ 146,0 milhões. Essa melhora é atribuída principalmente aos menores preços de insumos e matéria-prima, bem como à maior eficiência produtiva, totalizando R\$ 149,2 milhões, parcialmente compensado por efeitos cambiais de R\$ 3,2 milhões em virtude da apreciação cambial ocorrida durante o ano safra.



6. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas - R\$ MM				
Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Despesas comerciais	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas administrativas e gerais	(223,1)	(205,3)	(17,8)	8,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	860,2	319,4	540,8	169,4%
Equivalência	47,0	77,9	(30,9)	-39,7%
Total	577,3	100,7	476,6	473,4%

As despesas comerciais na Safra 23/24 totalizaram R\$ 106,8 milhões representando uma variação de R\$ 15,5 milhões em comparação com a Safra anterior. Esse aumento se deve principalmente à maior despesa de comercialização de açúcar e etanol, bem como aos maiores gastos com armazenagem de açúcar e levedura e ao dissídio salarial. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução de gastos com consultoria.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 223,1 milhões na Safra 23/24, um aumento de 8,7% em relação à Safra anterior. Essa movimentação ocorreu devido ao reajuste anual de pessoal de 4%, à reposição do quadro de colaboradores e aos maiores gastos com consultorias de projetos não recorrentes/estratégicos, visando o crescimento da Companhia.

Em outras receitas (despesas), houve o aumento de R\$ 540,8 milhões devido aos recebimentos das últimas parcelas dos precatórios.

O impacto na equivalência patrimonial no montante de R\$ 47,0 milhões é reflexo do menor resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 23/24 em comparação com a safra anterior.

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 (arrendamento mercantil), outras receitas e despesas operacionais, bem como os efeitos da equivalência patrimonial. Para o Ebit ajustado, adicionam-se as despesas/custos e remove-se o efeito da depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM				
Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Ebitda	2.179,2	1.612,9	566,3	35,1%
Ebitda Ajustado	951,6	868,7	82,8	9,5%
Ebit	1.197,9	772,4	425,5	55,1%
Ebit Ajustado	348,0	397,7	(49,7)	-12,5%

No acumulado da Safra 23/24, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 951,6 milhões, o que representa um aumento de 9,5% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 27,3% versus 25,5% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado a três fatores principais: i) melhor volume de venda na Agro e Energia; ii) menores custos na Biorigin relacionados a redução nos preços dos insumos e iii) melhor eficiência operacional no Agro e Biorigin.



Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Receita	3.487,1	3.410,3	76,8	2,3%
Custo	(2.738,3)	(2.672,8)	(65,5)	2,5%
Despesas de vendas	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas adm e Gerais	(223,1)	(205,3)	(17,8)	8,7%
Depreciação	981,3	840,5	140,8	16,7%
Ajuste IFRS 16	(70,9)	(43,2)	(27,7)	63,9%
Depreciação IFRS	(377,7)	(369,5)	(8,2)	2,2%
Ebitda Ajustado	951,6	868,7	82,8	9,5%
Depreciação	(981,3)	(840,5)	(140,8)	16,7%
Depreciação IFRS	377,7	369,5	8,2	2,2%
Ebit Ajustado	348,0	397,7	(49,7)	-12,5%

8. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Receitas financeiras	188,9	215,1	(26,2)	-12,2%
Despesas financeiras	(565,8)	(598,4)	32,6	-5,4%
Variações cambiais líquidas	(2,6)	(5,4)	2,8	-51,0%
Total	(379,5)	(388,7)	9,2	-2,4%

Na Safra 23/24, observamos uma diminuição em receitas e despesas financeiras comparado com a safra anterior. Em receitas financeiras a variação é devido à redução do CDI numa média ponderada de 101,7% na safra 23/24 em comparação com 103,6% na safra 22/23. A variação das despesas financeiras é devido à redução da taxa média do CDI, que foi de 12,3% na safra 23/24 em comparação com 13,3% na safra 22/23, e a diminuição da dívida bruta. Além disso, houve o impacto do IFRS-16 com o aumento do preço de ATR.

9. Lucro do Exercício

Lucro Líquido - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	558,8	271,7	287,1	105,7%

Na Safra 23/24, a Açucareira Quatá registrou um aumento de 105,7% em seu lucro líquido. Esse crescimento se deve principalmente aos recebimentos dos precatórios.



10. Estrutura de capital

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(3.309,7)	(3.431,7)	122,0	-3,6%
Caixa	2.273,7	1.546,8	726,9	47,0%
Total	(1.036,0)	(1.884,9)	848,9	-45,0%

A Companhia emitiu debênture no valor de R\$ 300 milhões com prazo total de 7 anos como parte da sua estratégia de financiar o negócio com dívidas de longo prazo aumentando o prazo médio de 4,4 anos na safra 22/23 para 5,6 anos na safra 23/24.

11. Considerações finais

Encerramos a safra 23/24 altamente motivados pelas nossas conquistas e pelo nosso sucesso em superar mais um ano de desafios. As lições que aprendemos ano após ano são fundamentais para seguirmos evoluindo e consolidando nossa cultura de excelência e resultados. Para finalizar, mais uma vez, gostaria de agradecer todos os nossos colaboradores, investidores e demais stakeholders pelo apoio durante mais um ciclo vitorioso.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Açucareira Quatá S.A.
Lençóis Paulista -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Mensuração do valor justo dos ativos biológicos**

Conforme mencionado nas explicativas 6f e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía saldo de R\$ 280.060 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado.

Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 6.f e 15 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

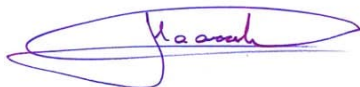
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP98698/O

Balanços patrimoniais
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.878.541	1.295.197	2.273.746	1.546.761
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.948	16.920	2.948	16.920
Clientes	12	222.450	263.516	96.446	116.771
Contas a receber - Cooperativa	13	52.132	267.983	52.613	268.626
Dividendos a receber	20	329	-	329	-
Estoques	14	404.072	325.741	526.996	472.037
Ativos biológicos	15	280.060	410.245	280.060	410.245
Impostos a recuperar	17	59.595	100.976	65.267	107.460
Adiantamentos a fornecedores		4.543	17.575	4.644	17.580
Despesas antecipadas		4.758	39.199	5.683	39.416
Total do ativo circulante		2.909.428	2.737.352	3.308.732	2.995.816
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras, títulos e valores imobiliários	10	25.612	51.275	109.523	166.685
Clientes	12	8.229	10.157	8.387	10.346
Partes relacionadas	19	939	1.302	939	1.302
Depósitos judiciais	16	445.584	323.005	623.360	461.757
Impostos a recuperar	17	67.089	57.711	67.089	57.711
Ativo fiscal diferido	18	5.493	25.948	20.604	56.464
Total do realizável a longo prazo		552.946	469.398	829.902	754.265
Investimentos	20	464.880	440.876	254.405	253.582
Outros investimentos		18.300	18.319	18.368	18.386
Imobilizado	21	2.380.230	2.067.196	2.390.456	2.119.381
Direito de uso	22	2.057.187	2.053.489	2.057.187	2.053.489
Intangível	23	34.127	24.313	34.213	24.468
Total do ativo não circulante		5.507.670	5.073.591	5.584.531	5.223.571
Total do ativo		8.417.098	7.810.943	8.893.263	8.219.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Circulante					
Fornecedores	24	299.665	339.635	313.475	352.032
Instrumentos financeiros derivativos	11	757	5.078	757	5.078
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	883.541	788.401	907.566	824.757
Passivo de arrendamento	22	291.281	280.641	291.281	280.641
Impostos e contribuições a recolher		6.818	8.852	2.108	19.065
Tributos parcelados	26	11.421	17.517	11.421	17.517
Obrigações com a Cooperativa	27	25.119	21.109	30.276	21.135
Salários e contribuições sociais	28	97.029	79.461	104.988	82.748
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	144.131	114.192	144.131	114.192
Outras contas a pagar		18.038	32.509	21.255	35.403
Total do passivo circulante		1.777.800	1.687.395	1.827.258	1.752.568
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	2.409.622	2.521.283	2.467.416	2.606.955
Passivo de arrendamento	22	1.806.367	1.799.365	1.806.367	1.799.365
Tributos parcelados	26	633	12.330	633	12.330
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	18.532	51.945	18.532	51.945
Obrigações com a Cooperativa	27	113.207	118.579	127.889	133.205
Outras contas a pagar		-	970	-	970
Provisões	29	593.873	351.887	830.074	489.893
Provisão para perdas com investimentos	20	35.060	-	-	-
Total do passivo não circulante		4.977.294	4.856.359	5.250.911	5.094.663
Total do passivo		6.755.094	6.543.754	7.078.169	6.847.231
Patrimônio líquido					
Capital social		460.805	376.774	460.805	376.774
Ajustes de avaliação patrimonial		37.603	36.219	37.603	36.219
Reservas de lucros		1.163.596	854.196	1.163.596	854.196
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.662.004	1.267.189	1.662.004	1.267.189
Participação de não controladores		-	-	153.090	104.967
Total do patrimônio líquido		1.662.004	1.267.189	1.815.094	1.372.156
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.417.098	7.810.943	8.893.263	8.219.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	32	3.352.603	3.279.386	3.487.117	3.410.306
Variação no valor justo do ativo biológico	33	(128.101)	(65.779)	(128.101)	(65.779)
Custos dos produtos vendidos	33	(2.620.803)	(2.565.457)	(2.738.334)	(2.672.798)
Lucro bruto		603.699	648.150	620.682	671.729
Despesas de vendas	33	(81.702)	(71.619)	(106.769)	(91.269)
Despesas administrativas e gerais	33	(203.815)	(188.945)	(223.132)	(205.307)
Outras receitas operacionais líquidas	34	729.194	252.262	860.182	319.349
Resultado antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		1.047.376	639.848	1.150.963	694.502
Receitas financeiras	35	161.767	194.265	188.888	215.093
Despesas financeiras	36	(560.609)	(595.326)	(565.794)	(598.355)
Variações cambiais líquidas	37	(1.619)	(5.885)	(2.646)	(5.375)
Financeiras líquidas		(400.461)	(406.946)	(379.552)	(388.637)
Participação nos resultados de empresas investidas	20	38.431	100.499	46.965	77.912
Lucro antes dos impostos		685.346	333.401	818.376	383.777
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(154.239)	(102.579)	(225.269)	(142.399)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(20.455)	2.116	(34.332)	30.301
Lucro líquido do exercício		510.652	232.938	558.775	271.679
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		510.652	232.938	510.652	232.938
Acionistas não controladores		-	-	48.123	38.741
Lucro líquido do exercício		510.652	232.938	558.775	271.679
Lucro básico e diluído por ação	40			0,0015	0,0007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício	510.652	232.938	558.775	271.679
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Outros componentes do resultado abrangente do exercício				
Variação cambial de investidas no exterior	(3.019)	7.984	(3.019)	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	9.725	5.745	9.725	5.745
Resultado abrangente total do exercício	517.358	246.667	565.481	285.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

Controladora e Consolidado

	Ajustes de avaliação patrimonial				Reservas				Participação de não controladores	Total
	Capital social	Própria	Reflexa	Reserva legal	Reserva de integralidade	Reserva de lucros	Lucro acumulado	Total		
Saldo em 1º de abril de 2022	376.774	54.584	(23.318)	46.154	301.568	342.760	-	1.098.522	66.226	1.164.748
Realização do custo atribuído	-	(8.371)	-	-	-	-	8.371	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida	-	-	(405)	-	-	-	405	-	-	-
Vanção cambial de investidas no exterior	-	7.984	-	-	-	-	-	7.984	-	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	5.745	-	-	-	-	5.745	-	5.745
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	232.938	232.938	38.741	271.679
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	12.086	-	-	(12.086)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade	-	-	-	-	(149)	-	149	-	-	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	151.777	-	(151.777)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(78.000)	(78.000)	-	(78.000)
Saldo em 31 de março de 2023	376.774	54.197	(17.978)	58.240	301.419	494.537	-	1.267.189	104.967	1.372.156

	Ajustes de avaliação patrimonial				Reservas				Participação de não controladores	Total
	Capital social	Própria	Reflexa	Reserva legal	Reserva de integralidade	Reserva de lucros	Lucro acumulado	Total		
Saldo em 1º de abril de 2023	376.774	54.197	(17.978)	58.240	301.419	494.537	-	1.267.189	104.967	1.372.156
Aumento de capital com reservas	84.031	-	-	-	-	(84.031)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	(5.515)	-	-	-	-	5.515	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida	-	-	193	-	-	-	(193)	-	-	-
Vanção cambial de investidas no exterior	-	(3.019)	-	-	-	-	-	(3.019)	-	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	9.725	-	-	-	-	9.725	-	9.725
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	510.662	510.662	48.123	558.775
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	25.799	-	-	(25.799)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade	-	-	-	-	67.225	-	(67.225)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	300.407	(300.407)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(69.659)	(69.659)	-	(69.659)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	(52.884)	(52.884)	-	(52.884)
Saldo em 31 de março de 2024	460.805	45.663	(8.060)	84.039	368.644	710.913	-	1.662.004	153.090	1.815.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		685.346	333.401	818.376	383.777
Ajustes de:					
Depreciação e amortização		635.885	583.179	643.183	587.371
Depreciação da planta portadora	21	160.123	157.261	160.123	157.261
Consumo do ativo biológico	15	2.084	(83.531)	2.084	(83.531)
Varição no valor justo do ativo biológico	15	128.101	65.779	128.101	65.779
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis		6.098	7.192	43.570	7.192
Participação nos resultados de empresas investidas	20	(38.431)	(100.499)	(46.965)	(77.912)
Provisão para perdas em investimentos	20	35.060	-	-	-
Resultado com derivativos	11	(2.191)	(11.842)	(2.191)	(11.842)
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável dos estoques	14	(3.292)	3.615	(22.667)	(4.680)
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		-	-	962	(3.687)
Juros e variações com direito de uso	22	84.845	44.728	84.845	44.728
Realização de ajuste a valor presente		(2.638)	(1.624)	(2.638)	(1.624)
Apropriação de encargos financeiros	36	379.426	400.651	380.338	401.067
Constituição de provisão para contingências	29	241.986	131.125	340.181	204.753
Investimento não controladas		(26.934)	5.572	4.780	12.333
Variações em:					
Clientes e outras contas a receber		42.994	(127.200)	22.284	(2.067)
Instrumentos financeiros derivativos pagos		11.842	57.337	11.842	57.337
Contas a receber - Cooperativa		214.489	(85.302)	219.838	(85.362)
Dividendos a receber	20	(329)	-	(329)	-
Estoques		(75.039)	(106.781)	(32.292)	(137.144)
Adiantamentos a fornecedores		13.032	(13.224)	12.936	(13.229)
Impostos a recuperar		(122.236)	(171.665)	(190.926)	(217.754)
Despesas antecipadas		34.441	9.873	33.733	9.818
Depósitos judiciais	16	(122.579)	(125.693)	(161.603)	(199.325)
Fornecedores	24	(39.970)	(65.105)	(38.557)	(67.014)
Impostos e contribuições a recolher		31.815	723	23.819	17.398
Tributos parcelados		(16.857)	(14.808)	(16.857)	(14.808)
Salários e contribuições sociais		17.568	11.542	22.240	12.028
Outras contas a pagar		(15.441)	8.416	(15.118)	7.840
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.259.198	913.120	2.423.092	1.048.703
Juros pagos		(936)	(882)	(936)	(882)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	25	(364.154)	(292.983)	(364.154)	(292.983)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(33.849)	(48.458)	(40.776)	(55.237)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.860.259	570.797	2.017.226	699.601
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos, líquidos de aumento de capital	20	48.086	43.067	48.086	43.067
Aplicações financeiras	10	-	-	3.621	(1.659)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		25.663	(6.484)	25.663	(6.484)
Gastos com plantio e tratos culturais	21	(280.277)	(191.431)	(280.277)	(191.431)
Aquisição de ativo imobilizado	21	(452.000)	(465.244)	(455.661)	(467.291)
Aquisição de ativo intangível	23	(12.305)	(8.718)	(12.348)	(8.718)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(670.833)	(628.810)	(670.916)	(632.516)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Mútuo financeiro		363	8.590	363	8.590
Pagamento de arrendamento	22	(448.635)	(412.730)	(448.635)	(412.730)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	25	1.160.956	1.380.448	1.142.145	1.397.664
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	25	(1.192.749)	(1.103.014)	(1.215.059)	(1.121.686)
Empréstimos e financiamentos "FIDC"	25	-	-	27.878	494
Dividendos pagos	19	(93.219)	(102.021)	(93.219)	(102.021)
Juros sobre o capital próprio	19	(32.798)	(11.700)	(32.798)	(11.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(606.082)	(240.427)	(619.325)	(241.389)
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		583.344	(298.440)	726.985	(174.304)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.295.197	1.593.637	1.546.761	1.721.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	1.878.541	1.295.197	2.273.746	1.546.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	4.238.984	4.014.285	4.373.498	4.145.205
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.609.515	3.502.504	3.744.029	3.633.424
Receitas referentes a construção de ativos próprios	629.469	511.781	629.469	511.781
Insumos adquiridos de terceiros	(2.434.393)	(2.374.671)	(2.556.807)	(2.488.717)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.644.361)	(1.620.803)	(1.726.639)	(1.698.770)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(790.032)	(753.868)	(830.168)	(789.947)
Valor adicionado bruto	1.804.591	1.639.614	1.816.691	1.656.488
Depreciação e amortização	(635.885)	(583.179)	(643.183)	(587.371)
Ativos biológicos colhidos	(128.101)	(65.779)	(128.101)	(65.779)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.040.605	990.656	1.045.407	1.003.338
Valor adicionado recebido em transferência	964.358	586.026	1.174.042	651.903
Resultado de equivalência patrimonial	38.431	100.499	46.965	77.912
Receitas financeiras	161.767	194.265	188.888	215.093
Outras	764.160	291.262	938.189	358.898
Valor adicionado total a distribuir	2.004.963	1.576.682	2.219.449	1.655.241
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	442.872	358.881	474.226	383.822
Remuneração direta	282.462	247.266	304.422	267.128
Benefícios	138.712	93.270	148.106	98.349
FGTS	21.698	18.345	21.698	18.345
Impostos, taxas e contribuições	450.398	341.411	536.154	353.220
Federais	339.127	222.266	424.033	233.902
Estaduais	111.271	119.145	112.121	119.318
Remuneração de capitais de terceiros	601.041	643.452	650.294	646.520
Juros	560.609	595.326	565.794	598.355
Aluguéis	3.847	3.241	3.847	3.241
Variações cambiais	1.619	5.885	2.646	5.375
Outros	34.966	39.000	78.007	39.549
Remuneração de capitais próprios	510.652	232.938	558.775	271.679
Dividendos	52.884	-	52.884	-
Juros sobre o capital próprio	69.659	78.000	69.659	78.000
Lucros retidos do exercício	388.109	154.938	388.109	154.938
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	48.123	38.741
Valor adicionado distribuído e retido	2.004.963	1.576.682	2.219.449	1.655.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. Contexto operacional

A Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”, ou “AQ”) e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. A Companhia atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Cooperativa, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (“Copersucar”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da cooperativa, os quais se tornam patrimônio comum e indivisível dos cooperados. O resultado da comercialização desses produtos nos mercados interno e externo é rateado para os cooperados conforme estabelecido no estatuto e regulamentos da Copersucar.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e políticas contábeis materiais

Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e ativo biológico que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de junho de 2024.



3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas notas explicativas: 20 – Investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas têm influência significativa sobre uma investida; 32 – Receita operacional líquida: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecido durante o exercício correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; consolidação: A Açucareira Quatá detém de fato controle sobre as investidas; e 22 – Os prazos dos arrendamentos foi mensurado de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota Explicativa nº 15: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota Explicativa nº 18: Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



4. Uso de estimativas e julgamentos—Continuação

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

Nota Explicativa nº 22: Taxa de desconto para direito de uso

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.

Nota Explicativa nº 21: Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

Nota Explicativa nº 29: Provisões

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

4.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Açucareira.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.



4. Uso de estimativas e julgamentos—Continuação

4.3. Mensuração do valor justo—Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, quais técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.



4. Uso de estimativas e julgamentos—Continuação

4.3. Mensuração do valor justo—Continuação

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, o comitê de avaliação e os avaliadores externos da Companhia apresentam os resultados da avaliação ao comitê de auditoria e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.



6. Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2024. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidora).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

a) Base de consolidação—Continuação

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros da Companhia são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes controladas:

Atividade Operacional	Empresas consolidadas				
	31/03/2024		31/03/2023		
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Açucareira Quatá S.A.					
Biorigin Europe N.V. (Biorigin Europe)	Revenda de levedura	100%	-	100%	-
Biorigin USA, LLC (Biorigin USA)	Holding	100%	-	100%	-
PTX Food Corp. (PTX)	Fabricação e revenda	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC (TPZB)	Imóvel	-	100%	-	100%
União São Paulo S.A. Agric. Ind. E Comércio (USP)	Administrativas	46%	-	46%	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	Investimentos	31%	-	37%	-



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

a) Base de consolidação—Continuação

Coligada é toda entidade sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle.

O investimento em coligadas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

O investimento do consolidado é composto pelas seguintes entidades:

Açucareira Quatá S.A.	Atividade Operacional	Coligadas	
		31/03/2024	31/03/2023
Copersucar S.A.	Investimentos	12,33%	12,31%
Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)	Investimentos	0,98%	0,98%



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

b) Moeda estrangeira

i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA Valor justo através de outros resultados abrangentes);
- Passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo (veja (j)); e
- Um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

c) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia e suas controladas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem cumprem com a obrigação de desempenho.

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

d) Receitas financeiras e despesas financeiras—Continuação

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano sujeita-se à incidência do adicional à alíquota de 10% (dez por cento) para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, para ambos considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas determinaram que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social—Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço;
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica “Variação no Valor Justo do Ativo Biológico”, deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

g) Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

h) Imobilizado

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 21.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

i) Ativos intangíveis

i) *Reconhecimento e mensuração*

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controlada se que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 23.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja umas contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo através do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Instrumentos financeiros—Continuação

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio—Continuação

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros—Continuação

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativo financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensuradas pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

A gestão do risco de crédito da Companhia e suas controladas em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol, é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Coopersucar S.A. Para os demais negócios, derivados de levedura e energia elétrica, é adotada como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*—Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*—Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (impairment)—Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*—Continuação

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

- A Companhia e suas controladas consideravam evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
- Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizavam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
- Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideraram que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

ii) *Ativos não financeiros*—Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

n) Arrendamentos

No exercício findo em 31 de março de 2024 a Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

n) Arrendamentos—Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

o) Mensuração do valor justo—Continuação

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

q) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias de capital aberto, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Essas demonstrações individuais e consolidadas estão apresentadas como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não estão em vigor—Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024). A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras— Continuação

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao *IAS 12 Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras— Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12-- Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023), mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023 (no caso da Companhia 31 de março de 2024).

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do Modelo do Pilar Dois (também conhecidas como imposto mínimo global ou regras globais ante erosão de base "GloBE"), que foram projetadas para checar e garantir uma alíquota de imposto de renda mínima a ser paga por empresas multinacionais nas jurisdições em que operam. Todas as jurisdições nas quais operamos promulgaram essas regras entrando em vigor em 1º de janeiro de 2024. A referida norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2024. A Companhia continuará a monitorar e refletir o impacto de tais alterações legislativas nas demonstrações financeiras futuras, conforme apropriado.



9. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	9.256	44.226	68.702	137.335
Aplicações financeiras	1.869.285	1.250.971	2.205.044	1.409.426
Total	1.878.541	1.295.197	2.273.746	1.546.761

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 102,15% (104,10% em março de 2023), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

10. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Aplicações financeiras restritas (i)	-	-	26.117	29.738
FIDC	25.612	51.275	83.406	136.947
Total	25.612	51.275	109.523	166.685

(i) Referem-se as aplicações financeiras restritas da USP no valor de R\$ 26.117, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 99,16%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórias (FIDC)

A Companhia incentivou e apoiou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito e a diminuição da concessão de avais para o financiamento das atividades operacionais dos Parceiros Agrícolas, através da cessão de recebíveis frutos da produção de cana-de-açúcar dos Parceiros Agrícolas da Zilor para a estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.452. A Zilor apesar de detentora das contas subordinadas do Fundo não é garantidora dos retornos ou de mitigação de perdas aos demais cotistas, o que limita a sua exposição ao investimento realizado por ela na operação no dia 01 de junho de 2021 e os retornos provisionados até a presente data no montante de R\$ 24.727.

Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 no montante de R\$ 42.000.

Com o apoio do BTG *Pactual Asset* (gestor, administrador e custodiante), o Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Companhia, que participa com cota subordinada no valor atualizado de R\$ 25.612, correspondendo a 31% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participa com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 57.794 em 31 de março de 2024 (85.672 em março de 2023), conforme patrimônio líquido do fundo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações contábeis da Companhia com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	Controladora e Consolidado					
	31/03/2024			31/03/2023		
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
<i>Swap</i> de moeda e taxa de juros (USD x CDI)						
<i>Swap</i> de valor justo - (USD)	-	-	-	1.497	7.630	7.630
<i>Swap</i> de valor justo - (BRL)	(300.000)	1.786	1.786	(6.250)	(6.356)	(6.356)
Contrato a termo - NDF						
Posição vendida						
Moeda estrangeira (USD)	16.050	(112)	(112)	23.700	6.848	6.848
Moeda estrangeira (EURO)	17.235	517	517	32.550	3.720	3.720
		2.191			11.842	
Ativo circulante		2.948			16.920	
		(757)			(5.078)	
Passivo circulante						



12. Clientes

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber mercado interno		31.368	37.206	31.544	37.413
Contas a receber mercado externo		-	-	73.289	89.704
Contas a receber de partes relacionadas	19	199.311	236.467	-	-
		230.679	273.673	104.833	127.117
Circulante		(222.450)	(263.516)	(96.446)	(116.771)
Não circulante		8.229	10.157	8.387	10.346

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
A vencer				
Até 30 dias	19.181	35.989	41.875	50.570
De 31 a 90 dias	40.270	76.287	37.068	49.005
De 91 a 180 dias	22.621	30.327	5.452	12.405
Acima de 180 dias	9.056	8.144	8.542	7.645
	91.128	150.747	92.937	119.625
Vencidos				
Até 30 dias	16.894	23.723	8.225	3.295
De 31 a 90 dias	24.299	24.888	1.828	1.329
De 91 a 180 dias	30.029	35.695	446	1.238
Acima de 180 dias	68.329	38.620	1.397	1.630
	139.551	122.926	11.896	7.492
	230.679	273.673	104.833	127.117

A AQ mensura como perda de crédito das contas a receber como de baixo risco e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são avaliados, sendo que aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente e clientes com saldo em aberto a mais de 6 meses e inferior a R\$ 15, se faz a baixa definitiva do valor, pois consideramos ser de difícil recuperação.

13. Contas a receber - Cooperativa

A Companhia é cooperada da Copersucar S.A. (Copersucar) a qual é a comercializadora de açúcar e etanol de seus cooperados.

Em 31 de março de 2024 os montantes de R\$ 52.132 controladora e R\$ 52.613 consolidado (R\$ 267.983 controladora e R\$ 268.626 consolidado em março de 2023) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia.



13. Contas a receber - Cooperativa—Continuação

Os montantes relacionados às contas a receber Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a diretoria não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento.

a) Outros ativos financeiros

O Grupo recebeu até a data de 31 de março de 2024, referente as parcelas de precatório no montante líquido de R\$ 2.488.502 (R\$ 2.027.119 na Controladora) e a Copersucar reteve o valor de R\$ 290.466 (R\$ 236.122 na Controladora).

Na safra 18/19 o Grupo recebeu líquido R\$ 90.975 (R\$ 73.954 na Controladora) referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R\$ 14.388 referente a PIS/COFINS (R\$ 11.696 na Controladora).

Na safra 19/20 o Grupo recebeu líquido R\$ 290.309 (R\$ 236.000 na Controladora) referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 33.384 referente a PIS/COFINS (R\$ 27.138 na Controladora).

Na safra 20/21 o Grupo recebeu líquido R\$ 318.762 (R\$ 259.124 na Controladora) referente 3ª parcela do 1º Precatório e 2ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 36.657 referente a PIS/COFINS (R\$ 29.799 na Controladora).

Na safra 21/22 o Grupo recebeu líquido R\$ 345.498 (R\$ 280.858 na Controladora) referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 39.719 referente a PIS/COFINS (R\$ 32.288 na Controladora).

Na safra 22/23 o Grupo recebeu líquido R\$ 395.938 (R\$ 321.861 na Controladora) referente a 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 45.509 referente a PIS/COFINS (R\$ 36.994 na Controladora). Nota explicativa 34.

Na safra 23/24 o Grupo recebeu líquido R\$ 1.047.019 (R\$ 855.322 na Controladora) referente a 6ª parcela do 1º Precatório, a 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório a Copersucar reteve R\$ 120.810 referente a PIS/COFINS (R\$ 98.207 na Controladora). Nota explicativa 34.

A Companhia está discutindo judicialmente a incidência dos tributos PIS, Cofins, Impostos de Renda e Contribuição Social.



14. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Produtos acabados entregues à Cooperativa				
Açúcar	514	190	514	190
Derivados de levedura	158.043	105.727	287.898	227.567
Produtos semi-acabados	31.320	26.003	31.320	26.407
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	184.835	177.302	220.505	224.580
Renovabio - CBIOS (i)	40.674	24.541	40.674	24.541
Provisão para redução ao valor recuperável e perda dos estoques	(11.314)	(8.022)	(53.915)	(31.248)
	404.072	325.741	526.996	472.037

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2023	8.022	31.248
Reversão de provisão	(5.928)	(34.834)
Constituição de provisão	9.220	57.501
Saldo em 31 de março de 2024	11.314	53.915

(i) Em 31 de março de 2024, existiam 400 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido (259 mil CBIOS em 31 de março de 2023).

15. Ativos biológicos

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Custo histórico	177.602	179.686
Valor justo	102.458	230.559
Ao final do exercício	280.060	410.245

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
No início o exercício	410.245	392.493
Aumentos decorrentes de tratos culturais	175.880	179.434
Redução decorrentes da colheita	(177.964)	(95.903)
Varição no valor justo	(128.101)	(65.779)
Ao final do exercício	280.060	410.245

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Área estimada de colheita (hectares)	51.580	54.151
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	70	73
Quantidade de ATR (kg)	135,60	135,18
Valor médio ATR	1,4758	1,7264
Taxa de desconto - WACC	9,97%	11,85%



15. Ativos biológicos—Continuação

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

i) *Riscos regulatórios e ambientais*

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A diretoria estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

ii) *Risco de oferta e demanda*

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol e derivados de levedura produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A diretoria realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

iii) *Riscos climáticos e outros*

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.



16. Depósitos judiciais

	Controladora				
	1º de abril de 2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias (i)	320.004	120.651	-	556	441.211
Cíveis e ambientais	355	2.590	(728)	98	2.315
Trabalhistas	2.646	118	(718)	12	2.058
Total de depósitos judiciais	323.005	123.359	(1.446)	666	445.584

	Consolidado				
	1º de abril de 2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias (i)	458.750	159.515	(84)	800	618.981
Cíveis e ambientais	360	2.590	(728)	98	2.320
Trabalhistas	2.647	118	(718)	12	2.059
Total de depósitos judiciais	461.757	162.223	(1.530)	910	623.360

- (i) Referem-se a depósitos judiciais da ação indenizatória do IAA no valor de R\$ 436.539 na controladora e R\$ 608.864 no consolidado em 31 de março de 2024.



17. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	85.560	79.521	85.560	79.522
PIS - Programa de Integração Social (i)	1.801	9.423	1.801	9.423
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	7.690	33.871	7.690	33.871
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	7.720	3.823	8.385	3.841
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Val. Tributários (iii)	3.857	3.441	3.857	3.441
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	16.752	15.633	20.452	20.450
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.300	3.116	2.651	3.715
Outros	1.004	9.859	1.960	10.908
	126.684	158,687	132.356	165.171
Circulante	(59.595)	(100.976)	(65.267)	(107.460)
Não circulante	67,089	57,711	67,089	57,711

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.
- (ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. A Companhia Zilor estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.
- (iii) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da Companhia, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Em relação ao pis e cofins, os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a Companhia estima que os saldos existentes em 31 de março de 2024 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



18. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		
	Saldo em 1º de abril de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	64.921	(50.728)	14.193
Base negativa da contribuição social	22.984	(18.591)	4.393
Provisão para contingências	104.238	66.879	171.117
Arredamento mercantil	107.354	23.675	131.029
Provisão de créditos tributários	2.817	(17)	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	9.620	3.787	13.407
Energia elétrica	4.005	(3.182)	823
Outros	7.678	2.224	9.902
	323.617	24.047	347.664
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(9.962)	(3.613)	(13.575)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(156.414)	(5.421)	(161.835)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	(9.854)
Ativo biológico	(78.390)	43.554	(34.836)
Resultado em operações de mercado futuro	(4.026)	3.281	(745)
Depreciação incentivada	(11.524)	(89.492)	(101.016)
Outros	(27.499)	7.189	(20.310)
	(297.669)	(44.502)	(342.171)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	25.948	(20.455)	5.493
Ativo não circulante	25.948		5.493
	25.948		5.493
			Controladora
	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	109.467	(44.546)	64.921
Base negativa da contribuição social	40.513	(17.529)	22.984
Provisão para contingências	89.188	15.050	104.238
Arredamento mercantil	85.263	22.091	107.354
Provisão de créditos tributários	5.737	(2.920)	2.817
Auto de infração AI-1770	6.303	(6.303)	-
PMR / Provisão NF Serviços	10.067	(447)	9.620
Energia elétrica	2.308	1.697	4.005
Outros	12.915	(5.237)	7.678
	361.761	(38.144)	323.617
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(25.393)	15.431	(9.962)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(163.265)	6.851	(156.414)
Ajuste a valor presente	(16.098)	6.244	(9.854)
Ativo biológico	(100.755)	22.365	(78.390)
Resultado em operações de mercado futuro	(19.495)	15.469	(4.026)
Depreciação incentivada	(11.627)	103	(11.524)
Outros	(1.296)	(26.203)	(27.499)
	(337.929)	40.260	(297.669)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	23.832	2.116	25.948
Ativo não circulante	23.832		25.948
	23.832		25.948



18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

a) Composição, natureza e realização dos impostos—Continuação

	Consolidado		
	Saldo em 1º de abril de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	64.921	(50.728)	14.193
Base negativa da contribuição social	22.984	(18.591)	4.393
Provisão para contingências	127.063	45.907	172.970
Arredamento mercantil	107.354	23.675	131.029
Provisão de créditos tributários	2.817	(17)	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	9.620	22.792	32.412
Energia elétrica	4.005	(3.182)	823
Outros	15.368	(6.798)	8.570
	354.132	13.058	367.190
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(9.962)	(3.613)	(13.575)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(156.414)	(5.421)	(161.835)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	(9.854)
Ativo Biológico	(78.390)	43.554	(34.836)
Resultado em operações de mercado futuro	(4.026)	3.281	(745)
Depreciação incentivada	(11.524)	(89.492)	(101.016)
Outros	(27.498)	2.773	(24.725)
	(297.668)	(48.918)	(346.586)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	56.464	(35.860)	20.604
	56.464		20.604
Ativo não circulante	56.464		20.604

	Consolidado		
	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	111.214	(46.293)	64.921
Base negativa da contribuição social	40.513	(17.529)	22.984
Provisão para contingências	89.188	37.875	127.063
Arredamento mercantil	85.263	22.091	107.354
Provisão de créditos tributários	5.737	(2.920)	2.817
Auto de infração AI-1770	6.303	(6.303)	-
PMR / Provisão NF Serviços	10.067	(447)	9.620
Energia elétrica	2.308	1.697	4.005
Outros	12.916	2.452	15.368
	363.509	(9.377)	354.132
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(25.393)	15.431	(9.962)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(163.265)	6.851	(156.414)
Ajuste a valor presente	(16.098)	6.244	(9.854)
Ativo Biológico	(100.755)	22.365	(78.390)
Resultado em operações de mercado futuro	(19.495)	15.469	(4.026)
Depreciação incentivada	(11.627)	103	(11.524)
Outros	(4.792)	(22.706)	(27.498)
	(341.425)	43.757	(297.668)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	22.084	34.380	56.464
	22.084		56.464
Ativo não circulante	22.084		56.464



18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

a) Composição, natureza e realização dos impostos—Continuação

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	Controladora	
	31/03/2024	31/03/2023
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	20.263	15.373
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	327.401	308.244
	347.664	323.617
	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	39.268	23.064
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	327.922	331.068
	367.190	354.132

A Companhia preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Impostos de renda e contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal acumulados	Controladora	Consolidado
2024/2025	7.475	7.475
2025/2026	11.111	11.111
Total	18.586	18.586
Diferenças temporárias	Controladora	Consolidado
Contigências	171.117	172.970
Arrendamento mercantil CPC 06	131.029	131.029
Provisão PMR	13.407	32.412
Provisão estoques	3.846	3.846
Provisão para perdas esperadas	3.009	3.009
Outras	6.670	5.338
	329.078	348.604
Total	347.664	367.190

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.



18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2024			31/03/2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	685.346	685.346	685.346	333.401	333.401	333.401
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(171.337)	(61.681)	(233.018)	(83.350)	(30.006)	(113.356)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucros disponibilizados no exterior	-	(2.413)	(2.413)	(8.910)	(3.208)	(12.118)
Resultado de equivalência patrimonial	9.608	3.459	13.067	25.125	9.045	34.170
Créditos de descarbonização (CBIO)	5.366	4.590	9.956	4.113	4.618	8.731
Juros sobre capital próprio	17.415	6.269	23.684	-	-	-
Outras exclusões (adições) e ajustes permanentes	12.213	1.817	14.030	(9.327)	(8.563)	(17.890)
Tributos no resultado	(126.735)	(47.959)	(174.694)	(72.349)	(28.114)	(100.463)
Corrente	(111.935)	(42.304)	(154.239)	(75.003)	(27.576)	(102.579)
Diferido	(14.800)	(5.655)	(20.455)	2.654	(538)	2.116
Tributos no resultado	(126.735)	(47.959)	(174.694)	(72.349)	(28.114)	(100.463)
Alíquota efetiva	18,5%	7,0%	25,5%	21,7%	8,4%	30,1%
	Controladora			Consolidado		
	31/03/2024			31/03/2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	818.376	818.376	818.376	383.777	383.777	383.777
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(204.594)	(73.654)	(278.248)	(95.944)	(34.540)	(130.484)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucros disponibilizados no exterior	-	(2.413)	(2.413)	(8.910)	(3.208)	(12.118)
Resultado de equivalência patrimonial	11.741	4.227	15.968	19.478	7.012	26.490
Créditos de descarbonização (CBIO)	5.366	4.590	9.956	4.113	4.618	8.731
Juros sobre capital próprio	17.415	6.269	23.684	-	-	-
Outras exclusões (adições) e ajustes permanentes	(14.614)	(13.934)	(28.548)	1.392	(6.109)	(4.717)
Tributos no resultado	(184.686)	(74.915)	(259.601)	(79.871)	(32.227)	(112.098)
Corrente	(161.561)	(63.708)	(225.269)	(104.667)	(37.732)	(142.399)
Diferido	(23.125)	(11.207)	(34.332)	24.796	5.505	30.301
Tributos no resultado	(184.686)	(74.915)	(259.601)	(79.871)	(32.227)	(112.098)
Alíquota efetiva	22,6%	9,2%	31,7%	20,8%	8,4%	29,2%

c) Ativo fiscal corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	16.752	15.633	20.452	20.450
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.300	3.116	2.651	3.715
	19.052	18.749	23.103	24.165

Saldo negativo de exercício anteriores. Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante os exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. A diretoria da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.



19. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Companhia é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Companhia durante o exercício findo em 31 de março de 2024 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 18.451 (R\$ 15.313 em março de 2023).

a) Saldos e operações

	Nota	Controladora				Total
		CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	
Controladora						
31/03/2024						
Saldos						
Ativo circulante						
Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	12	-	160.673	38.638	-	199.311
Ativo não circulante						
Partes relacionadas (iv)		-	-	-	939	939
Passivo circulante						
Fornecedores - Empresas ligadas		2.990	-	-	-	2.990
Passivo de arrendamento		39.976	-	-	-	39.976
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento		493.066	-	-	-	493.066
Controladora						
31/03/2024						
		CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	Total
Operações						
Compra de cana-de-açúcar (ii)		86.072	-	-	-	86.072
Receita financeiras - repasse FINEP (iii)		39	-	-	-	39
Controladora						
31/03/2023						
Saldos						
Ativo circulante						
Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	12	-	153.638	82.829	-	236.467
Ativo não circulante						
Partes relacionadas		-	-	-	1.302	1.302
Passivo circulante						
Fornecedores - Empresas ligadas		4.540	-	-	-	4.540
Passivo de arrendamento		37.109	-	-	-	37.109
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento		547.897	-	-	-	547.897
Controladora						
31/03/2023						
		CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	Total
Operações						
Compra de cana-de-açúcar (ii)		90.799	-	-	-	90.799
Receita financeiras - repasse FINEP (iii)		170	-	-	-	170



19. Partes relacionadas—Continuação

b) Saldos e operações—Continuação

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
	Companhia	Companhia
	Agrícola Quatá	Agrícola Quatá
Saldos		
Passivo circulante		
Passivo de arrendamento	39.976	37.109
Passivo não circulante		
Passivo de arrendamento	493.066	547.897
		Consolidado
	31/03/2024	31/03/2023
	Companhia	Companhia
	Agrícola Quatá	Agrícola Quatá
Operações		
Compra de cana-de-açúcar (ii)	86.072	90.799
Receitas financeiras - FINEP (iii)	39	170

i) *Clientes e outras contas a receber - Venda de derivados de levedura*

Refere-se, substancialmente, às contas a receber decorrentes de exportações realizadas para as empresas ligadas *PTX Food Corporation* e *Biorigin Europe NV*. As vendas são realizadas com base no preço de venda no mercado interno para demais clientes, seguindo as regras legais de preço de transferência.



19. Partes relacionadas—Continuação

b) Saldos e operações--Continuação

ii) *Fornecimento de cana-de-açúcar - Compra de cana-de-açúcar*

Decorre de fornecimento de cana-de-açúcar pela Companhia Agrícola Quatá através de contrato de parceria agrícola com a Companhia. A compra da cana-de-açúcar é efetuada a preço balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP.

iii) *FINEP*

A Companhia contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da cana-de-açúcar e seus derivados. Suas partes relacionadas Companhia Agrícola Quatá e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. (incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2018) são membros de parte dos projetos financiados e firmaram o contrato de financiamento como coexecutoras e fiadoras. Em paralelo as partes relacionadas celebraram um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a Companhia, no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondente aos projetos das coexecutoras, que por vez, assumem proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento.

iv) *Mútuo*

O mútuo concedido aos diretores refere-se a benefício para compra de automóvel, prática alinhada ao mercado, trazendo mais flexibilidade na aquisição pelos executivos, diminuindo a administração por parte da empresa e contribuindo com uma forma de retenção destes profissionais. Esses mútuos são descontados em folha de pagamento mensalmente.



19. Partes relacionadas—Continuação

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos e a pagar

	Saldo em 1º de abril de 2023	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2024
Dividendos da safra 20/21 (a) Açucareira Quatá S.A.	5.863	-	-	(5.863)	-
Dividendos da safra 21/22 (b) Açucareira Quatá S.A.	93.974	-	-	(87.356)	6.618
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (c) Açucareira Quatá S.A.	66.300	-	-	(22.349)	43.951
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	-	69.659	(10.449)	-	59.210
Dividendos da safra 23/24 (e) Açucareira Quatá S.A.	-	52.884	-	-	52.884
	166.137	122.543	(10.449)	(115.568)	162.663
Total circulante	(114.192)				(144.131)
Total não circulante	51.945				18.532

	Saldo em 1º de abril de 2022	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2023
Dividendos da safra 20/21 (a) Açucareira Quatá S.A.	51.501	-	-	(45.638)	5.863
Dividendos da safra 21/22 (b) Açucareira Quatá S.A.	150.357	-	-	(56.383)	93.974
Juros sobre o capital próprio (c) Açucareira Quatá S.A.	-	78.000	(11.700)	-	66.300
	201.858	78.000	(11.700)	(102.021)	166.137
Total circulante	(41.201)				(114.192)
Total não circulante	160.657				51.945

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 82.402 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2021, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 3.433. Durante a safra 23/24 foram pagos o valor de R\$ 5.863.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.357 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2022, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 6.265. Durante a safra 23/24 foram pagos o valor de R\$ 87.356.
- (c) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 78.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2022. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 22/23 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 11.700. Na safra 23/24 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 22.349.
- (d) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 69.659 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023 e março de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 10.449.
- (e) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 52.884 que será aprovado em Assembleia Geral.



20. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 38.431 controladora e R\$ 46.965 consolidado em 31 de março de 2024 (um ganho de R\$ 100.499 controladora e R\$ 77.912 consolidado em 31 de março de 2023) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais.

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2024:

					Controladora
	BIO US	BIO BE	USP	Copersucar S.A.	31/03/2024 Total
Em sociedades controladas / coligadas:					
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	75.837.598	255.822.603	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,33%	
Capital social	236	616	25.246	1.726.880	
Patrimônio líquido	(30.552)	99.911	284.898	2.048.934	
Resultado não realizado acumulado	(4.508)	(21.244)	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(46.225)	9.706	90.262	280.633	
Resultado não realizado no exercício	(2.086)	(11.688)	-	-	
Movimentação dos investimentos:					
Em 31 de março de 2023	14.268	82.652	90.374	253.582	440.876
Resultado não realizado	(2.422)	(9.557)	-	-	(11.979)
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.017)	(2.002)	-	-	(3.019)
Aumento de capital social	-	-	-	24.188	24.188
Dividendos proposto da safra 22/23	-	-	-	(72.274)	(72.274)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	-	-	-	(329)	(329)
Outros ajustes de participação	2.422	9.557	(326)	2.273	13.926
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(46.225)	9.706	41.759	46.965	52.205
MEP - Lucros não realizados	(2.086)	(11.688)	-	-	(13.774)
Em 31 de março de 2024	(35.060)	78.668	131.807	254.405	429.820
Total ativo					464.880
Total passivo					(35.060)

O valor negativo de patrimônio líquido da controlada, conforme demonstrado no quadro acima, totalizando o montante de R\$ 35.060 está apresentado como provisão para perdas em investimentos no passivo não circulante da controladora.

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2024:

	BIO US	BIO BE	USP	Copersucar S.A.
Ativo	139.965	162.043	598.682	16.674.925
Passivo	(170.517)	(62.132)	(313.784)	(14.625.991)
Patrimônio líquido	(30.552)	99.911	284.898	2.048.934
Receita operacional líquida em março/24	201.254	327.529	-	59.022.582
Lucro (prejuízo) líquido do exercício em março/24	(46.225)	9.706	90.262	280.633



20. Investimentos—Continuação

	Consolidado
	31/03/2024
	Copersucar
	S.A.
Em sociedades controladas / coligadas:	
Ações possuídas	255.822.603
Percentual de participação	12,33%
Capital social	1.726.880
Patrimônio líquido	2.048.934
Lucro líquido do exercício	280.633
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2023	253.582
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	9.725
Perda na participação de investida	(7.452)
Aumento de capital social	24.188
Dividendos proposto da safra 22/23	(72.274)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	(329)
Participação nos resultados de controladas	46.965
Em 31 de março de 2024	254.405
	Copersucar
	S.A.
Total do Ativo	16.674.925
Total do Passivo	(14.625.991)
Patrimônio líquido	2.048.934
Receita operacional líquida em março/24	59.022.582
Lucro líquido do exercício em março/24	280.633



20. Investimentos—Continuação

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2023:

					Controladora
	BIO US	BIO BE	USP	Copersucar S.A.	31/03/2023
					Total
Em sociedades controladas / coligadas:					
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	75.837.598	234.686.831	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,31%	
Capital social	236	616	25.246	1.525.154	
Patrimônio líquido	16.690	92.208	195.341	2.059.402	
Resultado não realizado acumulado	(2.422)	(9.557)	-	-	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(18.516)	18.891	70.500	579.539	
Resultado não realizado	630	(11.034)	-	-	
Movimentação dos investimentos:					
Em 31 de março de 2022	28.870	69.810	59.265	217.324	375.269
Resultado não realizado	(3.052)	1.477	-	-	(1.575)
Varição cambial de investimentos no exterior	3.028	4.956	-	-	7.984
Aumento de capital social	-	-	-	41.496	41.496
Dividendos proposto	-	-	-	(84.563)	(84.563)
Outros ajustes de participação	3.308	(1.447)	(1.508)	1.413	1.766
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(18.516)	18.890	32.617	77.912	110.903
MEP - Lucros não realizados	630	(11.034)	-	-	(10.404)
Em 31 de março de 2023	14.268	82.652	90.374	253.582	440.876

	BIO US	BIO BE	USP	Copersucar S.A.
Ativo	190.387	213.502	381.908	16.197.048
Passivo	(173.697)	(121.294)	(186.567)	(14.137.646)
Patrimônio líquido	16.690	92.208	195.341	2.059.402
Receita operacional líquida em março/23	222.395	400.772	-	66.349.016
Lucro líquido do exercício em março/23	(18.516)	18.891	70.500	579.539



20. Investimentos—Continuação

	Consolidado
	31/03/2023
	Copersucar
	S.A.
Em sociedades controladas / coligadas:	
Ações possuídas	234.686.831
Percentual de participação	12,31%
Capital social	1.525.154
Patrimônio líquido	2.059.402
Lucro líquido do exercício	579.539
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2022	217.324
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	5.745
Perda na participação de investida	(4.332)
Aumento de capital social	41.496
Dividendos proposto	(84.563)
Participação nos resultados de controladas	77.912
Em 31 de março de 2023	253.582
	Copersucar
	S.A.
Ativo circulante	16.197.048
Passivo circulante	(14.137.646)
Patrimônio líquido	2.059.402
Receita operacional líquida em março/23	66.349.016
Lucro líquido do exercício em março/23	579.539

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Zilor, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da diretoria e do conselho de administração da Zilor, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua administração.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana (planta portadora)	Total	Controladora
Em 31 de março 2022	17.004	178.655	14.215	591.748	150.361	4.774	39.010	350.627	439.873	1.786.267	
Aquisição	-	-	-	460	98.998	72	42.250	323.464	191.431	656.675	
Baixas	-	-	-	(5.449)	(1.037)	-	-	(706)	-	(7.192)	
Transferências	-	2.858	1.371	48.886	8.603	876	402	(62.996)	-	-	
Realização de Ajuste a valor presente	-	-	-	-	171	-	-	-	1.453	1.624	
Depreciação	-	(5.879)	(982)	(68.448)	(97.918)	(2.203)	(37.487)	-	(157.261)	(370.178)	
Em 31 de março de 2023	17.004	175.634	14.604	567.197	159.178	3.519	44.175	610.389	475.496	2.067.196	
Custo total	17.004	280.331	38.567	1.628.245	239.367	31.518	48.099	610.389	843.745	3.737.265	
Depreciação acumulada	-	(104.697)	(23.963)	(1.061.048)	(80.189)	(27.999)	(3.924)	-	(368.249)	(1.670.069)	
Valor líquido	17.004	175.634	14.604	567.197	159.178	3.519	44.175	610.389	475.496	2.067.196	
Em 31 de março de 2023	17.004	175.634	14.604	567.197	159.178	3.519	44.175	610.389	475.496	2.067.196	
Aquisição	-	-	-	166	120.283	8	51.483	280.060	280.277	732.277	
Baixas	-	(6)	-	(1.724)	(2.814)	(12)	(28)	(1.512)	-	(6.098)	
Transferências	-	27.167	18.392	383.022	40.814	6.646	1.625	(477.666)	-	-	
Realização de Ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.192	-	-	-	1.446	2.638	
Depreciação	-	(6.195)	(1.434)	(87.317)	(115.524)	(2.461)	(42.729)	-	(160.123)	(415.789)	
Em 31 de março de 2024	17.004	196.598	31.562	861.344	203.129	7.700	54.526	411.271	597.096	2.380.230	
Custo total	17.004	307.475	56.959	1.984.471	292.421	34.586	58.656	411.271	945.871	4.108.714	
Depreciação acumulada	-	(110.877)	(25.397)	(1.123.127)	(89.292)	(26.886)	(4.130)	-	(348.775)	(1.728.484)	
Valor líquido	17.004	196.598	31.562	861.344	203.129	7.700	54.526	411.271	597.096	2.380.230	
Valor líquido de:											
Custo histórico	3.870	156.396	31.562	853.561	202.500	7.700	54.526	411.271	597.096	2.318.482	
Mais-valia	13.134	40.202	-	7.783	629	-	-	-	-	61.748	
Valor líquido	17.004	196.598	31.562	861.344	203.129	7.700	54.526	411.271	597.096	2.380.230	
Bens em garantias (b)	11.859	2.338	-	9.686	8.763	-	-	-	-	32.666	
Vida Útil	de 22 a 50 anos	de 14 a 25	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20	de 3 a 17 anos	de 5 a 6 anos				



21. Imobilizado—Continuação

a) Movimentação do ativo imobilizado—Continuação

	Consolidado									
	Terras	Edifícios e construções	Benefitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 31 de março 2022	19.808	183.322	15.473	615.334	150.361	5.474	39.042	367.386	439.874	1.836.074
Aquisição	-	-	-	460	98.998	72	42.250	325.511	191.431	658.722
Baixas	-	-	-	(5.449)	(1.037)	-	-	(706)	-	(7.192)
Transferências	-	2.858	1.371	48.886	8.603	876	402	(62.996)	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	171	-	-	-	1.453	1.624
Variação cambial	165	339	94	1.741	-	48	2	1.212	-	3.601
Depreciação	-	(6.074)	(1.303)	(70.997)	(97.918)	(2.395)	(37.500)	-	(157.261)	(373.448)
Em 31 de março 2023	19.973	180.445	15.635	589.975	159.178	4.075	44.196	630.407	475.497	2.119.381
Custo total	19.973	287.907	39.964	1.694.809	239.367	33.805	48.272	630.407	843.746	3.838.250
Depreciação acumulada	-	(107.462)	(24.329)	(1.104.834)	(80.189)	(29.730)	(4.076)	-	(368.249)	(1.718.869)
Valor líquido	19.973	180.445	15.635	589.975	159.178	4.075	44.196	630.407	475.497	2.119.381
Em 31 de março 2023	19.973	180.445	15.635	589.975	159.178	4.075	44.196	630.407	475.497	2.119.381
Aquisição	-	-	-	166	120.283	33	51.483	283.696	280.277	735.938
Baixas	-	(8)	-	(39.196)	(2.814)	(12)	(28)	(1.512)	-	(43.570)
Transferências	-	27.167	18.858	405.490	40.814	6.911	1.625	(500.865)	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.192	-	-	-	1.446	2.638
Variação cambial	(284)	162	(20)	(469)	-	(10)	(1)	(336)	-	(958)
Depreciação	-	(6.394)	(1.782)	(93.700)	(115.525)	(2.710)	(42.739)	-	(160.123)	(422.973)
Em 31 de março 2024	19.689	201.372	32.691	862.266	203.128	8.287	54.536	411.390	597.097	2.390.456
Custo total	19.689	315.171	58.488	2.017.441	292.420	37.125	58.826	411.390	945.873	4.156.423
Depreciação acumulada	-	(113.799)	(25.797)	(1.155.175)	(89.292)	(28.838)	(4.290)	-	(348.776)	(1.765.967)
Valor líquido	19.689	201.372	32.691	862.266	203.128	8.287	54.536	411.390	597.097	2.390.456
Valor líquido de:										
Custo histórico	6.555	161.170	32.691	854.483	202.499	8.287	54.536	411.390	597.097	2.328.708
Mais-valia	13.134	40.202	-	7.783	629	-	-	-	-	61.748
Bens em garantias (b)	11.859	2.338	-	9.686	8.783	-	-	-	-	32.666
Vida Útil		de 22 a 50 anos	de 14 a 25	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20	de 3 a 17 anos	-	de 5 a 6 anos	



21. Imobilizado—Continuação

Em 31 de março de 2024, o montante de obras em andamento era de R\$ 411.390 consolidado. Desse montante, foram aplicados R\$ 77.037 em modernização do parque industrial para o aumento de eficiência, e R\$ 334.353 referem-se a equipamentos para expansão da co-geração de energia nas Usinas São José e Barra Grande.

A Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 26.878 durante o exercício findo em 31 de março de 2024 (R\$ 17.161 em 31 de dezembro de 2023).

b) Garantia

Em 31 de março de 2024, bens com valor contábil de R\$ 32.666 controladora e consolidado (R\$ 36.208 em março de 2023) estavam sujeitos a fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

22. Direito de uso e passivo de arrendamento

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 9,31%.

Vigência dos contratos	Taxa CDI Futuro
13 a 24 meses	8,30%
25 a 36 meses	8,44%
37 a 48 meses	8,71%
49 a 60 meses	9,07%
61 a 72 meses	9,30%
73 a 84 meses	9,50%
85 a 96 meses	9,65%
97 a 108 meses	9,77%
109 a 120 meses	9,85%
121 a 132 meses	9,91%
133 a 360 meses	9,96%
Média total	9,31%



22. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2024	31/03/2023
De 01/04/2024 a 31/03/2025	291.281	280.641
De 01/04/2025 a 31/03/2026	285.541	272.594
De 01/04/2026 a 31/03/2027	256.159	263.016
De 01/04/2027 a 31/03/2028	234.749	239.357
De 01/04/2028 a 31/03/2029	208.117	209.378
A partir de 01/04/2029	821.801	815.020
	2.097.648	2.080.006

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo, respectivamente:

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2024		
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2023	2.046.541	6.948	2.053.489
Amortização	(361.610)	(16.124)	(377.734)
Novos contratos e renovações	598.782	58.711	657.493
Atualização CONSECANA por remensuração	(269.296)	(6.765)	(276.061)
Saldo final	2.014.417	42.770	2.057.187
	Controladora e Consolidado		
	31/03/2024		
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2023	2.072.182	7.824	2.080.006
Amortização	(415.804)	(32.831)	(448.635)
Juros provisionados	123.080	17.908	140.988
Novos contratos e renovações	598.782	58.711	657.493
Atualização CONSECANA por remensuração	(325.438)	(6.766)	(332.204)
Saldo final	2.052.802	44.846	2.097.648
Passivo circulante	269.666	21.615	291.281
Passivo não circulante	1.783.136	23.231	1.806.367
	2.052.802	44.846	2.097.648
Saldo com partes relacionadas	533.042	-	533.042
Saldo com demais fornecedores	1.519.760	44.846	1.564.606



22. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2023		
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2022	2.122.441	20.523	2.142.964
Amortização	(348.468)	(21.013)	(369.481)
Novos contratos	243.175	7.438	250.613
Atualização CONSECANA por remensuração	29.393	-	29.393
Saldo final	2.046.541	6.948	2.053.489
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2022	2.143.691	24.311	2.168.002
Amortização	(387.652)	(25.078)	(412.730)
Juros provisionados	107.069	1.153	108.222
Novos contratos	253.964	7.438	261.402
Atualização CONSECANA por remensuração	(44.890)	-	(44.890)
Saldo final	2.072.182	7.824	2.080.006
Passivo circulante	273.929	6.712	280.641
Passivo não circulante	1.798.253	1.112	1.799.365
	2.072.182	7.824	2.080.006
Saldo com partes relacionadas	585.006	-	585.006
Saldo com demais fornecedores	1.487.176	7.824	1.495.000



23. Intangível

	Controladora				
	Licenças de software	Marcas e patentes	Outros	Total	
Em 1º de abril de 2022	6.394	9.982	-	16.376	
Adições	8.707	11	-	8.718	
Amortização	(781)	-	-	(781)	
Em 31 de março de 2023	14.320	9.993	-	24.313	
Custo	44.710	9.993	-	54.703	
Amortização acumulada	(30.390)	-	-	(30.390)	
Saldo contábil líquido	14.320	9.993	-	24.313	
Em 1º de abril de 2023	14.320	9.993	-	24.313	
Adições	9.705	-	2.600	12.305	
Transferências	(13.250)	-	13.250	-	
Amortização	(2.491)	-	-	(2.491)	
Em 31 de março de 2024	8.284	9.993	15.850	34.127	
Custo	41.165	9.993	15.850	67.008	
Amortização acumulada	(32.881)	-	-	(32.881)	
Saldo contábil líquido	8.284	9.993	15.850	34.127	
Vida Útil	5 anos	indefinida	indefinida		
	Consolidado				
	Licenças de software	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Outros	Total
Em 1º de abril de 2022	6.513	9.982	127	745	17.367
Adições	8.707	11	-	-	8.718
Variação cambial	9	-	10	67	86
Amortização	(834)	-	(57)	(812)	(1.703)
Em 31 de março de 2023	14.395	9.993	80	-	24.468
Custo	45.158	9.993	46.887	8.004	110.042
Amortização acumulada	(30.763)	-	(46.807)	(8.004)	(85.574)
Saldo contábil líquido	14.395	9.993	80	-	24.468
Em 1º de abril de 2023	14.395	9.993	80	-	24.468
Adições	9.748	-	-	2.600	12.348
Transferências	(13.250)	-	-	13.250	-
Variação cambial	(2)	-	(2)	-	(4)
Amortização	(2.544)	-	(55)	-	(2.599)
Em 31 de março de 2024	8.347	9.993	23	15.850	34.213
Custo	41.632	9.993	46.110	15.850	113.585
Amortização acumulada	(33.285)	-	(46.087)	-	(79.372)
Saldo contábil líquido	8.347	9.993	23	15.850	34.213
Vida Útil	5 anos	indefinida	5 anos	indefinida	



24. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana-de-açúcar	81.566	89.454	81.566	89.454
Fornecedores de bens e serviços	218.099	250.181	231.909	262.578
	299.665	339.635	313.475	352.032

25. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	Controladora		Consolidado	
			31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Moeda nacional:						
Linhas do BNDES	12,40	PRÉ	1.135	1.514	1.135	1.514
Linhas do BNDES	7,60	TJLP	50.871	35.619	50.871	35.619
Linhas do BNDES (iv)	10,54	IPCA+ (TLP)	99.581	105.444	99.581	105.444
FINEP		PRÉ	-	23.780	-	23.780
Crédito rural	13,59	CDI+	209.626	-	209.626	-
Capital de giro (i)	13,51	CDI+	1.014.025	1.327.503	1.014.025	1.327.503
CRA (ii)	13,46	CDI+	181.810	364.876	181.810	364.876
CRA (ii)	11,64	IPCA+	541.285	511.863	541.285	511.863
Debentures (iii)	12,12	IPCA+	1.023.513	686.663	1.023.513	686.663
Aquisição de cota "FIDC" (vi)	15,03	CDI+	-	-	57.794	85.672
			3.121.846	3.057.262	3.179.640	3.142.934
Moeda estrangeira:						
Capital de Giro (v)		Var. cambial	-	7.620	-	7.620
Pré-pagamento de exportação (USD)	3,25	Var. cambial	24.865	50.564	24.865	50.564
Pré-pagamento de exportação (EUR)	3,27	Var. cambial	99.715	144.668	99.715	144.668
Empréstimo externo (EUR)	4,84	Var. cambial + EURIBOR	-	-	24.025	25.303
Empréstimo externo (USD)		Var. cambial + EURIBOR	-	-	-	11.053
			124.580	202.852	148.605	239.208
Financiamentos - Cooperativa						
Moeda nacional:						
Letra de Cambio	4,20	Pré	46.737	49.570	46.737	49.570
			3.293.163	3.309.684	3.374.982	3.431.712
Circulante			(883.541)	(788.401)	(907.566)	(824.757)
Não circulante			2.409.622	2.521.283	2.467.416	2.606.955

(i) Em continuidade ao processo de alongamento da dívida, a Companhia assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank *International* Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank *International* Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avenças em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021 e o último 20 de abril de 2025. O valor atualizado em março de 2024 é R\$ 136.079 (R\$ 273.147 março de 2023) referente ao financiamento sindicalizado e R\$ 877.946 (R\$ 1.054.356 março de 2023) referente a NCE Nota de Crédito de Exportação.

(ii) A Companhia captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Companhia, no montante total de R\$ 600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A e Banco Rabobank *International* Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 09 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 13 de outubro de 2021.

Buscando o alongamento das linhas de crédito durante a Safra 21/22 a Companhia captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão da 2ª debênture simples da Companhia para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 2019/2020 2020/2021 e 2021/2022. Em janeiro de 2021 a Companhia encerrou a emissão da 2ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). As Debêntures são incentivadas e contarão com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/11") e, consequentemente, também gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830, remunerada com taxa contratual de 7,2094% a.a. com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. Os recursos serão direcionados para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 19/20 20/21 e 21/22 destinada a produção de Etanol nas Unidades Barra Grande, São Jose e Quatá todas no estado de São Paulo. A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) as Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022 terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,8722% a.a. A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 300.000 (trezentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 22 de dezembro de 2023. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,31% a.a.
- (iv) A Companhia formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030. O programa Renovabio é voltado para estimular boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), tendo o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor de biocombustíveis, e conta com incentivo para o aumento de eficiência produtiva e ambiental.
- (v) O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de CDI + 2,50% ao ano.
- (vi) A Companhia lançou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito para financiamento das atividades dos Parceiros Agrícolas, por meio de estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.000 milhões. Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais Receivables e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Receivables, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante). O Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Companhia que participa com cota subordinada, correspondendo a 31% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participam com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 57.794 em 31 de março de 2024, conforme patrimônio líquido do fundo.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
De 13 a 24 meses	603.544	784.073	603.544	784.073
De 25 a 36 meses	834.943	525.451	834.943	525.451
De 37 a 48 meses	310.585	718.244	310.585	718.244
De 49 a 60 meses	175.316	103.127	233.110	188.799
De 61 a 72 meses	146.674	71.031	146.674	71.031
A partir de 73 meses	338.560	319.357	338.560	319.357
	2.409.622	2.521.283	2.467.416	2.606.955

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2024 e 2023:

						Controladora
	Saldo inicial em 1º de abril de 2023	Liberações	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Moeda Nacional	3.106.832	1.160.956	(1.120.924)	(358.614)	380.333	3.168.583
Moeda Estrangeira	202.852	-	(71.825)	(5.540)	(907)	124.580
Total	3.309.684	1.160.956	(1.192.749)	(364.154)	379.426	3.293.163
Consolidado						
	Saldo inicial em 1º de abril de 2023	Liberações	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Moeda Nacional	3.106.832	1.131.146	(1.120.924)	(358.614)	410.143	3.168.583
Moeda Estrangeira	239.208	10.999	(94.135)	(5.540)	(1.927)	148.605
FIDC	85.672	-	-	-	(27.878)	57.794
Total	3.431.712	1.142.145	(1.215.059)	(364.154)	380.338	3.374.982

a) Obrigações contratuais

A Companhia possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos *covenants* referentes à emissão dos CRA e Debêntures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.

b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2024 foi de 12,08% a.a. equivalente à CDI +1,29% (16,8% a.a. equivalente à CDI +2,7% em março de 2023). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos foram de R\$ 379.426 controladora e R\$ 380.338 consolidado (R\$ 400.651 controladora e R\$ 401.067 consolidado em março de 2023) (nota explicativa 36).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 364.154 controladora e consolidado (R\$ 292.983 controladora e consolidado em março de 2023), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 125.923 controladora e R\$ 152.690 consolidado (R\$ 140.436 controladora e R\$ 160.939 consolidado em março de 2023) (nota explicativa 35). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos e financiamentos foi de R\$ 238.231 controladora e R\$ 211.464 consolidado (R\$ 152.547 controladora e R\$ 132.044 consolidado em março de 2023).



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

c) Variação cambial

Em que pese a Companhia não ter optado pela política de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a gestão financeira da diretoria, para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. Considerando que esses financiamentos possuem natureza de longo prazo, extrapolando o fluxo de recebíveis em moeda estrangeira e a previsão de exportação, a variação cambial passiva contabilizada contra o resultado, neste exercício, no valor de R\$ 6.302 consolidado e controladora resultou em aumento em 31 de março de 2024 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.

26. Tributos parcelados

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido (i)	11.419	28.341
Taxa do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool	286	735
PIS sobre faturamento - Lei 10.637/2002	70	180
INSS – Salário educação	125	321
Débito previdenciário	154	270
	12.054	29.847
Circulante	(11.421)	(17.517)
Não circulante	633	12.330

- (i) O parcelamento de IRPJ e CSLL refere-se glosa fiscal de despesas com debêntures contabilizadas a título de provisão relativas ao período de 1997 à 2002 parcelado no âmbito da lei 11.941/09, consolidada em setembro de 2011 com previsão de encerramento em outubro de 2024.



27. Obrigações com a Cooperativa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Letra de câmbio (i)	113.207	112.522	127.889	127.149
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	4.684	12.045	4.684	12.045
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (iii)	20.435	15.121	25.592	15.146
	138.326	139.688	158.165	154.340
Circulante	(25.119)	(21.109)	(30.276)	(21.135)
Não circulante	113.207	118.579	127.889	133.205

(i) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

(ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar.

Refere-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Companhia denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa.

(iii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa

A Companhia reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011.

A natureza dos débitos dá-se da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	1.604	4.125
PIS - Programa de Integração Social	104	268
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	23.884	10.753
	25.592	15.146

28. Salários e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Provisão de férias e encargos	30.871	26.126	31.302	26.606
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	36.249	28.565	43.195	31.332
Contribuição Social com empregados	14.398	10.778	14.448	10.759
Salários e ordenados	15.151	13.053	15.151	12.958
Outras contribuições	360	939	892	1.093
	97.029	79.461	104.988	82.748



29. Provisões

	Controladora				
	1º de abril de 2023	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	325.691	243.288	(2.818)	657	566.818
Cíveis e ambientais	4.730	888	(1.406)	1.747	5.959
Trabalhistas	21.466	10.350	(17.565)	6.845	21.096
Total de passivos contingentes	351.887	254.526	(21.789)	9.249	593.873

	Consolidado				
	1º de abril de 2023	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	463.693	340.638	(2.818)	1.502	803.015
Cíveis e ambientais	4.731	888	(1.406)	1.747	5.960
Trabalhistas	21.469	10.350	(17.566)	6.846	21.099
Total de passivos contingentes	489.893	351.876	(21.790)	10.095	830.074

Na linha tributárias está sendo considerado ações indenizatórias do IAA no montante de R\$ 557.105 na controladora e R\$ 787.431 no consolidado em março de 2024 (R\$ 318.271 controladora e R\$ 451.907 no consolidado em março de 2023).

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, são efetuadas pela Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 521.828 para o consolidado e controladora em março de 2024 (R\$ 637.151 consolidado e controladora em março de 2023). Com a retomada dos julgamentos após o término da pandemia, ocorreram mudanças no panorama dos processos trabalhistas.

Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia e suas controladas nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia e suas controladas, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.



30. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 338.720.926.114 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2023, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 84.031, mediante as capitalizações da Reserva de lucros.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de investimento

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 32 do Estatuto Social que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

Em 31 de março de 2024 a saldo de reserva de lucros superava o Capital Social da Companhia, cabendo a Assembleia a deliberação da destinação do excesso.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

i) *Custo atribuído*

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.



30. Patrimônio líquido—Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial--Continuação

ii) *Ajuste de avaliação patrimonial reflexa*

Constituído em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado da coligada Copersucar S.A..

iii) *Ajuste acumulado de conversão*

Registra as variações cambiais dos investimentos em controladas, sendo a conversão para Real das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de investidas com moeda funcional diferente da controladora.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

i) *Dividendos propostos*

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da AQ que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, cuja liberação varia de acordo com o indicador de dívida líquida Ebitda.

Conforme disposto no art. 33 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76.



30. Patrimônio líquido—Continuação

ii) *Juros sobre o capital próprio propostos*

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em dezembro de 2022, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do crédito ao beneficiário conforme mencionado na nota explicativa 19. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 21 de dezembro de 2022, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 11.700. Os juros serão pagos mensalmente e encerrará na safra 24/25.

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em dezembro de 2023, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 21 de dezembro de 2023, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 7.762 conforme mencionado na nota explicativa 19.

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em março de 2024, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 27 de março de 2024, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 2.687 conforme mencionado na nota explicativa 19.



31. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			31/03/2024
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.869.285	-	1.869.285	1.869.285
Instrumentos financeiros derivativos	2.948	-	2.948	2.948
Total	1.872.233	-	1.872.233	1.872.233
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	9.256	9.256	9.256
Cientes e outras contas a receber	-	230.679	230.679	230.679
Contas a receber - Cooperativa	-	52.132	52.132	52.132
Dividendos a receber	-	329	329	329
Partes relacionadas	-	939	939	939
Total	-	293.335	293.335	293.335
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	299.665	299.665	299.665
Instrumentos financeiros derivativos	-	757	757	757
Empréstimos e financiamentos	-	3.293.163	3.293.163	3.293.163
Passivo de arrendamento	-	2.097.648	2.097.648	2.097.648
Obrigações com a Cooperativa	-	138.326	138.326	138.326
Outras contas a pagar	-	18.038	18.038	18.038
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	162.663	162.663	162.663
Total	-	6.010.260	6.010.260	6.010.260



31. Instrumentos financeiros—Continuação

a) Classificação contábil e valores justos—Continuação

	Controladora			31/03/2023
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.250.971	-	1.250.971	1.250.971
Instrumentos financeiros derivativos	16.920	-	16.920	16.920
Total	1.267.891	-	1.267.891	1.267.891
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	44.226	44.226	44.226
Clientes e outras contas a receber	-	273.673	273.673	273.673
Contas a receber - Cooperativa	-	267.983	267.983	267.983
Partes relacionadas	-	1.302	1.302	1.302
Total	-	587.184	587.184	587.184
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	339.635	339.635	339.635
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.078	5.078	5.078
Empréstimos e financiamentos	-	3.309.684	3.309.684	3.309.684
Passivo de arrendamento	-	2.080.006	2.080.006	2.080.006
Obrigações com a Cooperativa	-	139.688	139.688	139.688
Outras contas a pagar	-	33.479	33.479	33.479
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	166.137	166.137	166.137
Total	-	6.073.707	6.073.707	6.073.707
Consolidado				
31/03/2024				
Valor contábil			Hierarquia do valor justo	
Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2.205.044	-	2.205.044	2.205.044
Instrumentos financeiros derivativos	2.948	-	2.948	2.948
Total	2.207.992	-	2.207.992	2.207.992
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	68.702	68.702	68.702
Clientes e outras contas a receber	-	104.833	104.833	104.833
Contas a receber - Cooperativa	-	52.613	52.613	52.613
Dividendos a receber	-	329	329	329
Partes relacionadas	-	939	939	939
Total	-	227.416	227.416	227.416
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	313.475	313.475	313.475
Instrumentos financeiros derivativos	-	757	757	757
Empréstimos e financiamentos	-	3.374.982	3.374.982	3.374.982
Passivo de arrendamento	-	2.097.648	2.097.648	2.097.648
Obrigações com a Cooperativa	-	158.165	158.165	158.165
Outras contas a pagar	-	21.255	21.255	21.255
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	162.663	162.663	162.663
Total	-	6.128.945	6.128.945	6.128.945



31. Instrumentos financeiros—Continuação

a) Classificação contábil e valores justos—Continuação

	Consolidado			31/03/2023	
	Valor contábil				Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.409.426	-	1.409.426	1.409.426	
Instrumentos financeiros derivativos	16.920	-	16.920	16.920	
Total	1.426.346	-	1.426.346	1.426.346	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	137.335	137.335	137.335	
Clientes e outras contas a receber	-	127.117	127.117	127.117	
Contas a receber - Cooperativa	-	268.626	268.626	268.626	
Partes relacionadas	-	1.302	1.302	1.302	
Total	-	534.380	534.380	534.380	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores	-	352.032	352.032	352.032	
Arrendamento mercantil	-	5.078	5.078	5.078	
Empréstimos e financiamentos	-	3.431.712	3.431.712	3.431.712	
Passivo de arrendamento	-	2.080.006	2.080.006	2.080.006	
Obrigações com a Cooperativa	-	154.340	154.340	154.340	
Outras contas a pagar	-	36.373	36.373	36.373	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	166.137	166.137	166.137	
Total	-	6.225.678	6.225.678	6.225.678	

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Zilor. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

A Companhia tem a responsabilidade global sobre a gestão sobre o sistema de risco elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visa eliminação, mitigação e monitoramento de riscos da companhia.



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*

Em outubro de 2021 a Companhia criou uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela diretoria da Companhia. Além da área de controle interno a Companhia contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim foi criado uma área de gestão riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros da Companhia.

A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Conselho de Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito, constantemente monitorado pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, na qual cada novo clientes é analisado individualmente quando à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e suas controladas inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ‘rolagem’ com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia e suas controladas sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

iii) Risco de liquidez—Continuação

Exposição ao risco de liquidez—Continuação

							Controladora
							31/03/2024
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	299.665	299.665	299.665	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.293.163	2.757.044	442.674	349.938	643.362	1.321.070	-
Instrumentos financeiros derivativos	757	757	379	378	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	138.326	138.326	12.560	12.559	25.118	50.236	37.853
Outras contas a pagar	18.038	18.038	-	-	18.038	-	-
	3.749.949	3.213.830	755.278	362.875	686.518	1.371.306	37.853
							Controladora
							31/03/2023
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	339.635	339.635	339.635	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.309.684	3.309.684	683.552	258.219	832.907	1.452.053	82.953
Instrumentos financeiros derivativos	5.078	5.078	2.539	2.539	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	139.688	139.688	10.555	10.555	21.110	42.220	55.248
Outras contas a pagar	33.479	33.479	-	-	33.479	-	-
	3.827.564	3.827.564	1.036.281	271.313	887.496	1.494.273	138.201
							Consolidado
							31/03/2024
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	313.475	313.475	313.475	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.374.982	2.757.044	442.674	349.938	643.362	1.321.070	-
Instrumentos financeiros derivativos	757	757	379	378	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	158.165	158.165	15.138	15.138	30.276	60.552	37.061
Outras contas a pagar	21.255	21.255	-	-	21.255	-	-
	3.868.634	3.250.696	771.666	365.454	694.893	1.381.622	37.061
							Consolidado
							31/03/2023
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	352.032	352.032	352.032	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.431.712	3.431.712	805.580	258.219	832.907	1.452.053	82.953
Instrumentos financeiros derivativos	5.078	5.078	2.539	2.539	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	154.340	154.340	10.568	10.567	8.743	17.486	106.976
Outras contas a pagar	36.373	36.373	-	-	36.373	-	-
	3.979.535	3.979.535	1.170.719	271.325	878.023	1.469.539	189.929

Os fluxos, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos, que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

v) *Risco cambial*

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia e suas controladas são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas, está apresentado abaixo:

	Controladora			
	31/03/2024		31/03/2023	
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	1.305	65	5.474	2.896
Clientes a receber	31.728	7.158	30.377	14.993
Empréstimos e financiamentos	(4.977)	(18.473)	(11.453)	(26.187)
Swap de moeda e taxa de juros	-	-	1.497	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	16.050	17.235	23.700	32.550
Exposição líquida	44.106	5.985	49.595	24.252
	Consolidado			
	31/03/2024		31/03/2023	
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	1.304	62	5.474	2.893
Clientes a receber	4.807	9.128	9.683	7.333
Fornecedores	(5.821)	(482)	(1.146)	(146)
Empréstimos e financiamentos	(4.977)	(22.924)	(13.628)	(30.767)
Swap de moeda e taxa de juros	-	-	1.497	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	16.050	17.235	23.700	32.550
Exposição líquida	11.363	3.019	25.580	11.863



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

v) *Risco cambial*—Continuação

Exposição ao risco cambial—Continuação

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional da Companhia, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin. Para tanto, a gestão financeira da Companhia implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do *hedge*, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2024, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras, somente para a visão consolidada da Companhia e suas controladas:

	Controladora				
	31/03/2024				
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	1.370	343	685	(343)	(685)
Clientes a receber	38.886	9.722	19.443	(9.722)	(19.443)
Empréstimos e financiamentos	(23.450)	(5.863)	(11.725)	5.863	11.725
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(33.285)	(8.321)	(16.643)	8.321	16.643
Exposição líquida	(16.479)	(4.119)	(8.240)	4.119	8.240
	Consolidado				
	31/03/2024				
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	1.366	342	683	(342)	(683)
Clientes a receber	13.935	3.484	6.968	(3.484)	(6.968)
Fornecedores	(6.303)	(1.576)	(3.152)	1.576	3.152
Empréstimos e financiamentos	(27.901)	(6.975)	(13.951)	6.975	13.951
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(33.285)	(8.321)	(16.643)	8.321	16.643
Exposição líquida	(52.188)	(13.046)	(26.095)	13.046	26.095



31. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

vi) *Risco operacional*

A Companhia e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos / operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A diretoria da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. A Companhia e suas controladas foram certificadas através de suas unidades produtivas a participar no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.

32. Receita operacional líquida

a) Fluxos da receita

A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita bruta de produtos	3.612.621	3.504.592	3.751.410	3.639.175
Devoluções e abatimentos	(3.106)	(2.088)	(7.381)	(5.751)
Impostos sobre vendas	(256.912)	(223.118)	(256.912)	(223.118)
	3.352.603	3.279.386	3.487.117	3.410.306



32. Receita operacional líquida—Continuação

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Mercado interno:				
Etanol	1.164.928	1.316.534	1.164.928	1.316.534
Açúcar	764.844	878.537	764.844	878.537
Energia elétrica	216.383	134.193	216.383	134.193
Derivados de levedura	83.254	49.205	83.254	49.205
Outras receitas - CBIOS	51.002	51.309	51.002	51.309
Outras vendas	1.728	31.571	1.728	31.571
	2.282.139	2.461.349	2.282.139	2.461.349
Mercado externo:				
Derivados de levedura	416.027	519.925	554.816	654.508
Açúcar	762.057	394.789	762.057	394.789
Etanol	152.398	128.529	152.398	128.529
	1.330.482	1.043.243	1.469.271	1.177.826
Receita bruta de produtos	3.612.621	3.504.592	3.751.410	3.639.175
Devoluções e abatimentos	(3.106)	(2.088)	(7.381)	(5.751)
Impostos sobre vendas	(256.912)	(223.118)	(256.912)	(223.118)
	3.352.603	3.279.386	3.487.117	3.410.306

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do período com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador; de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



33. Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Custo				
Matéria prima e materiais de uso e consumo	1.683.351	1.720.751	1.779.106	1.808.227
Depreciação e amortização	623.916	575.634	629.088	574.233
Despesas com pessoal	290.265	233.925	306.484	250.310
Baixa de insumos	13.308	23.111	13.693	27.992
Outros gastos	9.963	12.036	9.963	12.036
Varição no valor justo do ativo biológico	128.101	65.779	128.101	65.779
	2.748.904	2.631.236	2.866.435	2.738.577
Despesas com vendas				
Rateio despesas - Copersucar	9.879	9.493	9.879	9.493
Gastos com armazenagens	12.215	7.581	12.215	7.581
Despesas com pessoal	20.074	18.299	30.850	23.571
Frete	11.132	8.055	11.132	8.055
Serviços prestados por terceiros	11.435	20.582	22.691	35.885
Comissão	27	(11)	2.707	3.207
Depreciação e amortização	5.604	4.497	5.656	8.041
Outros	11.336	3.123	11.639	(4.564)
	81.702	71.619	106.769	91.269
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com pessoal	104.883	81.188	109.242	84.472
Serviços prestados por terceiros	69.836	52.237	77.574	55.539
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	13.819	12.027	14.248	12.649
Depreciação e amortização	6.365	3.048	8.439	5.097
Aluguéis	3.847	3.241	3.847	3.241
Outros	5.065	37.204	9.782	44.309
	203.815	188.945	223.132	205.307
Total de despesas e custos	3.034.421	2.891.800	3.196.336	3.035.153
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	2.620.803	2.565.457	2.738.334	2.672.798
Varição no valor justo do ativo biológico	128.101	65.779	128.101	65.779
Despesas de vendas	81.702	71.619	106.769	91.269
Despesas administrativas e gerais	203.815	188.945	223.132	205.307
	3.034.421	2.891.800	3.196.336	3.035.153



34. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA) (i)	755.901	284.833	929.775	350.396
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa	(24.363)	(19.147)	(29.773)	(19.147)
Resultado com vendas e baixas de imobilizado	6.809	1.526	(29.920)	1.526
Outras	(9.153)	(14.950)	(9.900)	(13.426)
	729.194	252.262	860.182	319.349

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 13, durante a safra 23/24 a Companhia recebeu o repasse do montante de R\$ 855.322 na controladora e R\$ 1.047.019 no consolidado, referente a 6ª parcela do 1º precatório, a 5ª e 6ª parcelas do 2º precatório e parcela única do 3º precatório (R\$ 321.861 na controladora e R\$ 395.938 no consolidado em 31 de março de 2023, referente a 5ª parcela do 1º precatório e a 4ª parcela do 2º precatório), a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS. Nesta nota explicativa estamos deduzindo as despesas e honorários de 10% no montante de R\$ 108,168 na controladora e R\$ 133,063 no consolidado (R\$ 37.028 na controladora e R\$ 45.542 no consolidado em 31 de março de 2023).

35. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	33.615	37.912	33.615	37.912
Juros sobre aplicações financeiras	125.923	140.436	152.690	160.939
Juros sobre atualização de créditos tributários	2.576	2.194	2.583	2.253
Juros sobre operações com a Cooperativa	1.930	6.745	2.033	6.832
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	(2.277)	6.978	(2.033)	7.157
	161.767	194.265	188.888	215.093

36. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(379.426)	(400.651)	(380.338)	(401.067)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(7.005)	(18.641)	(7.005)	(18.641)
Despesa financeira com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(140.988)	(108.222)	(140.988)	(108.222)
Juros sobre demais operações	(8.928)	(27.001)	(11.560)	(28.530)
Despesas bancárias	(971)	(8.715)	(1.101)	(8.878)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(14.534)	(20.065)	(14.789)	(20.093)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(7.503)	(7.072)	(8.755)	(7.921)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(1.254)	(4.959)	(1.258)	(5.003)
	(560.609)	(595.326)	(565.794)	(598.355)



37. Variações cambiais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Variação cambial ativa				
Empréstimos e financiamentos	16.235	27.240	16.235	27.240
Demais operações	7.858	13.734	11.020	22.476
	24.093	40.974	27.255	49.716
Variação cambial passiva				
Empréstimos e financiamentos	(9.933)	(43.044)	(9.933)	(43.044)
Demais operações	(15.779)	(3.815)	(19.968)	(12.047)
	(25.712)	(46.859)	(29.901)	(55.091)
Variações cambiais líquidas	(1.619)	(5.885)	(2.646)	(5.375)

38. Informação por segmento

A diretoria definiu os seguimentos operacionais da Açucareira Quatá S.A. (Controladora e Consolidado), com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégica, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de Administração.

As análises realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Açucareira Quatá e suas controladas, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar, Etanol e Energia Elétrica;
- (ii) Biorigin;

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Resultado	Controladora			31/03/2024
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	
Receita operacional líquida	2.882.529	470.074	-	3.352.603
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(128.101)	(128.101)
Custo dos produtos vendidos	(2.292.283)	(328.520)	-	(2.620.803)
Lucro bruto	590.246	141.554	(128.101)	603.699
Margem Bruta	20%	30%	-	18%
Despesas com vendas	(39.742)	(41.960)	-	(81.702)
Despesas administrativas e gerais	(114.506)	(89.309)	-	(203.815)
Outras receitas (despesas)	757.115	(1.269)	(26.652)	729.194
Lucro operacional	1.193.113	9.016	(154.753)	1.047.376
Despesas financeiras	(548.313)	(12.296)	-	(560.609)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	23.885	23.885
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	644.800	(3.280)	(130.868)	510.652



38. Informação por segmento—Continuação

Resultado	Controladora			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2023
Receita operacional líquida	2.730.036	549.350	-	3.279.386
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(65.779)	(65.779)
Custo dos produtos vendidos	(2.080.818)	(484.639)	-	(2.565.457)
Lucro bruto	649.218	64.711	(65.779)	648.150
Margem Bruta	24%	12%	-	20%
Despesas com vendas	(34.117)	(37.502)	-	(71.619)
Despesas administrativas e gerais	(120.437)	(68.508)	-	(188.945)
Outras receitas (despesas)	284.867	-	(32.605)	252.262
Lucro operacional	779.531	(41.299)	(98.384)	639.848
Despesas financeiras	(570.474)	(24.852)	-	(595.326)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	188.416	188.416
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	209.057	(66.151)	90.032	232.938

Resultado	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2024
Receita operacional líquida	2.882.529	604.588	-	3.487.117
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(128.101)	(128.101)
Custo dos produtos vendidos	(2.292.284)	(446.050)	-	(2.738.334)
Lucro bruto	590.245	158.538	(128.101)	620.682
Margem Bruta	20%	26%	-	18%
Despesas com vendas	(39.742)	(67.027)	-	(106.769)
Despesas administrativas e gerais	(115.935)	(107.197)	-	(223.132)
Outras receitas (despesas)	931.367	(38.053)	(33.132)	860.182
Lucro operacional	1.365.935	(53.739)	(161.233)	1.150.963
Despesas financeiras	(550.139)	(15.655)	-	(565.794)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	(26.394)	(26.394)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	815.796	(69.394)	(187.627)	558.775

Resultado	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2023
Receita operacional líquida	2.730.036	680.270	-	3.410.306
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(65.779)	(65.779)
Custo dos produtos vendidos	(2.080.818)	(591.980)	-	(2.672.798)
Lucro bruto	649.218	88.290	(65.779)	671.729
Margem Bruta	24%	13%	-	20%
Despesas com vendas	(34.117)	(57.152)	-	(91.269)
Despesas administrativas e gerais	(121.230)	(84.077)	-	(205.307)
Outras receitas (despesas)	350.430	-	(31.081)	319.349
Lucro operacional	844.301	(52.939)	(96.860)	694.502
Despesas financeiras	(571.719)	(26.636)	-	(598.355)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	175.532	175.532
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	272.582	(79.575)	78.672	271.679



38. Informação por segmento—Continuação

	Controladora			
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2024
Cientes e outras contas a receber	9.492	221.187	-	230.679
Contas a receber - Cooperativa	52.132	-	-	52.132
Dividendos a receber	329	-	-	329
Estoques	181.041	223.031	-	404.072
Imobilizado	2.123.847	256.383	-	2.380.230
Intangível	23.604	10.523	-	34.127
Total de ativos alocados	2.390.445	711.124	-	3.101.569
Demais ativos não alocáveis	-	-	5.280.469	5.280.469
Total	2.390.445	711.124	5.280.469	8.382.038

	Controladora			
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2023
Cientes e outras contas a receber	11.475	262.198	-	273.673
Contas a receber - Cooperativa	267.983	-	-	267.983
Estoques	144.888	180.853	-	325.741
Imobilizado	1.820.307	246.889	-	2.067.196
Intangível	14.334	9.979	-	24.313
Total de ativos alocados	2.258.987	699.919	-	2.958.906
Demais ativos não alocáveis	-	-	4.852.037	4.852.037
Total	2.258.987	699.919	4.852.037	7.810.943

	Consolidado			
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2024
Cientes e outras contas a receber	9.494	95.339	-	104.833
Contas a receber - Cooperativa	52.613	-	-	52.613
Dividendos a receber	329	-	-	329
Estoques	181.053	345.943	-	526.996
Imobilizado	2.124.368	266.088	-	2.390.456
Intangível	23.604	10.609	-	34.213
Total de ativos alocados	2.391.461	717.979	-	3.109.440
Demais ativos não alocáveis	-	-	5.783.823	5.783.823
Total	2.391.461	717.979	5.783.823	8.893.263

	Consolidado			
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2023
Cientes e outras contas a receber	11.469	115.648	-	127.117
Contas a receber - Cooperativa	268.626	-	-	268.626
Estoques	144.887	327.150	-	472.037
Imobilizado	1.820.841	298.540	-	2.119.381
Intangível	14.335	10.133	-	24.468
Total de ativos alocados	2.260.158	751.471	-	3.011.629
Demais ativos não alocáveis	-	-	5.259.310	5.259.310
Total	2.260.158	751.471	5.259.310	8.270.939



39. Compromissos

a) Compra de cana-de-açúcar

A AQ possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2032 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

A Açucareira Quatá possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 22, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.

40. Lucro por ação

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	510.651.695,11	232.937.797,72
Quantidade de ações ordinárias	338.720.926.114	338.720.926.114
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,001507588270</u>	<u>0,000687698278</u>

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

41. Avais, fianças e garantias

A Açucareira Quatá é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Açucareira Quatá S.A.	9.147	35.138
	<u>9.147</u>	<u>35.138</u>

A Companhia é avalista no montante líquido de R\$ 9.147 na safra 23/24 registrado a provisão contábil. Os montantes a serem liquidados são: de R\$ 1.608 na safra 24/25 e R\$ 7.539 na safra 25/26.



42. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Usina e Biorigin	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	350.000.000
	Lucros Cessantes	141.734.028
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Escritórios e Armazém Paulínia	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	1.450.006.893
Veículos	Casco	100% Tabela Fipe
	Acidente Pessoal por passageiros	50.000
	Danos Materiais	150.000
	Danos Corporais	200.000
	Danos Morais	200.000
Equipamentos Agrícolas - Benfeitoria	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	10.916.068
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Equipamentos Agrícolas - Penhor Rural	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	5.808.199
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 20.000.000
	Danos ao empregado	USD 20.000.000
D&O (Responsabilidade Civil Diretores e Administradores)	Ações contra diretores e Administradores	100.000.000
Transporte Nacional	Danos causados a mercadorias e/ou maquinários durante transporte inland	3.000.000
Transporte Importação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de importação	USD 2.500.000
Transporte Exportação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de exportação	USD 1.700.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.



43. Evento subsequente

Emissão de debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.

Foram emitidas 300.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000.

As Debêntures foram emitidas em 20 de junho de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,25% a.a..

Açucareira Quatá S.A.
CNPJ: 60.855.574/0001-73

Diretoria Executiva
Diretores

Fabiano José Zillo
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

